



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICA DE IGUALDADE RACIAL NO
AMBIENTE ESCOLAR**

JOYCE ALCÂNTARA PEREIRA

A Importância do Estudo da História da África e Compreensões da Aplicabilidade da LEI nº 10.639/03 em Duas Escolas do Estado do Ceará.

Fortaleza-Ce

2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira

Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)

Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL

Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

Pereira, Joyce Alcântara.

P476i

A Importância do Estudo da História da África e Compreensões da Aplicabilidade da LEI n° 10.639/03 em Duas Escolas do Estado do Ceará. / Joyce Alcântara Pereira. – Fortaleza, 2016.

47 f.: il.; 30 cm.

Monografiado Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial da Diretoria de Educação a Distância da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Carlindo Fausto.

Incluireferências.

1. Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003].I. Título.

CDD 379.260981



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICA DE IGUALDADE RACIAL NO
AMBIENTE ESCOLAR**

JOYCE ALCÂNTARA PEREIRA

A Importância do Estudo da História da África e Compreensões da Aplicabilidade da LEI n° 10.639/03 em Duas Escolas do Estado do Ceará.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Políticas Públicas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof.Dr.º Carlindo Fausto.

Fortaleza-Ce

2016

Para Minha Família e Minha Classe Social.

AGRADECIMENTOS

A minha família, pela educação me dada, pelo incentivo de sempre, pelo amor eterno;

A todos os amigos de filosofia pelas conversas em tons de debates;

A minha amiga Eveline pelo exemplo me dado;

Aos amigos Jader e Garcês pela companhia, pelas risadas, palavras e ações encorajadoras, tornando o processo da pós-graduação mais sereno e prazeroso.

Ao meu orientador Carlindo Fausto pela contribuição e correções significativas, para que este trabalho pudesse ser concluído com sucesso.

A UNILAB e seus funcionários e pelo acolhimento.

Ao meu noivo pelas nossas conversas político-filosóficas, pelo seu amor e companheirismo em todos os âmbitos de minha vida.

Ao Jornal Inverta, por ter me tirado a venda que estava em meus olhos e assim me ajudado a construir um esclarecimento teórico;

Talvez um dos melhores momentos para debatermos um problema antigo, mas ainda latente em nossa sociedade.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo relatar o processo histórico que conecta o continente africano com o Brasil e as consequências desse processo para os africanos que ficaram aqui, analisar o quanto a Lei nº10.639/03 ajuda através da educação a ter uma melhora nas relações étnico-raciais em nossa sociedade e fazer um simples balanço de como está ocorrendo o ensino de história da África e afro-brasileira, por meio de duas escolas do Estado do Ceará, buscando observar se a referida lei está sendo aplicada de forma eficaz e contribuindo com a inclusão social dos negros (as) no Brasil. A partir da aprovação da Lei 10.639/03 que alterou a LDB 9394/96, a qual versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, se faz necessária uma análise minuciosa da conjuntura atual da educação brasileira. Desse modo, nos debruçamos sobre a prática dessa lei no cotidiano das escolas, e, de forma específica, na disciplina de história. O estudo mostra, portanto, o início de uma caminhada que visa o fim da desigualdade racial, situação essa de extrema importância. Afinal é a partir da prática dessa lei nas escolas que se combaterão os efeitos do trauma histórico provocado pelo regime escravista e que se dará o devido reconhecimento e valorização a influência da cultura africana para a formação da cultura brasileira. Esse reconhecimento facilita as relações étnico-raciais e mostra que somos todos verdadeiramente um só.

PALAVRAS-CHAVE: Negro; Desigualdade; História; Educação.

ABSTRACT

This study aims to report the historical process that connects the African continent with Brazil and the consequences of this process for the Africans who were here, analyze how Law No. 10,639 / 03 aid through education to have an improvement in relations étnico-race in our society and make a simple balance as is occurring history teaching in Africa and african-Brazilian, through two of Ceará state schools, seeking to see if this law is being applied effectively and contributing way with the inclusion of blacks (as) in Brazil. Since the approval of Law 10,639 / 03 changed the LDB 9394/96, which deals with the mandatory teaching of African history and culture and african-Brazilian in school curricula, is a thorough analysis of the current situation of Brazilian education is necessary . Thus, we worked through us about the practice of the law in the daily life of schools, and, specifically, in the discipline of history. The study therefore shows the beginning of a journey that aims to end racial inequality, a situation of extreme importance. After all it is from the practice of the law in schools that will fight the effects of historical trauma caused by the slave regime and that will give due recognition and appreciation of the influence of African culture to the formation of Brazilian culture. This recognition makes the ethnic-racial relations and shows that we are all truly one.

KEYWORDS: Black; Inequality; History; Education.

JOYCE ALCÂNTARA PEREIRA

A Importância do Estudo da História da África e Compreensões da Aplicabilidade da LEI nº 10.639/03 em Duas Escolas do Estado do Ceará.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Políticas Públicas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof.Dr.º Carlindo Fausto.

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nome
Instituição

Prof. Dr. Nome
Instituição

Prof. Nome
Instituição

Fortaleza-Ce

2016

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	09
1 PROCESSO HISTÓRICO QUE CONECTA O CONTINENTE AFRICANO COM O BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	12
2 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA.....	21
2.1 A Lei nº 10639 que Alterou a LDB 9394/96 e a Importância de Estudar a África.....	21
3 IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA E DA HISTÓRIA DA ÁFRICA PARA AS UNIVERSIDADES DE LICENCIATURA E PARA A MEMÓRIA.....	26
3.1 A Relevância do Estudo da África nos Currículos das Universidades e Faculdades no Brasil.....	26
3.2 A Articulação Entre o Processo da História com o Processo da Memória e a Possibilidade de Formação, Representações e Valores.....	29
4 UM BALANÇO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA DE DUAS ESCOLAS DO ESTADO DO CEARÁ.....	32
4.1 Entrevista com o Professor de História da Escola Estadual do Município de Fortaleza.....	32
4.2 Entrevista com o Professor de História da Escola Estadual do Município de Uruburetama.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
6 REFERÊNCIAS.....	39
7 APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO.....	42
8 ANEXO A.....	43

INTRODUÇÃO

A exclusão social dos negros no Brasil é uma temática que perdura, pois antes de 2011, com o Projeto de Lei Nacional da Educação 2011-2020, alguns estudiosos já descreviam oficialmente estudos em relação a essa problemática. Com efeito, o debate em torno desse assunto deve adquirir caráter contínuo, pois somente através do diálogo social dinâmico conseguiremos transformar e modificar as condições do negro (a) no Brasil.

A partir disso, podemos afirmar que a questão étnica suscitou inúmeros debates no século XXI, os quais acabaram por culminar em algumas práticas, tais como: estudos e pesquisas no meio acadêmico, criação de leis específicas, ampliação das abordagens e discussões sobre a desigualdade racial nos diversos meios midiáticos, surgimento de movimentos e organizações por igualdade étnica, etc. Contudo, tais práticas se mostram ainda insuficientes. Alguns setores da sociedade, especialistas e profissionais da área de educação questionam e anseiam por melhorias e aprofundamentos das políticas públicas que visam anular a desigualdade explícita, bem como a determinação da prática plena das leis vigentes, possibilitando desse modo, métodos efetivos de assimilação dos negros (as) brasileiros ao patamar da igualdade.

Em razão disso, acreditamos que a educação exerce um papel fundamental na transformação e na construção de uma consciência social brasileira anti-racista. A prática educativa manifesta-se, portanto, num instrumento capaz de redirecionar a etnia negra para o seu verdadeiro grau de participação social, concebendo de forma indelével a identidade negra como um dos principais pilares da identidade nacional. Com isso, a análise do currículo educacional brasileiro ganhou destaque e passou a ser objeto de inúmeras pesquisas e olhares de estudiosos. Os resultados dessas pesquisas, logo denunciaram o exacerbado eurocentrismo, bem como o etnocentrismo existente em nossas disciplinas escolares, os quais direcionaram, em sua grande parte, a história da negritude para os porões do conhecimento. Especificamente, a disciplina de História recebeu uma atenção mais apurada, passou a ser observada minuciosamente em seu conteúdo e temáticas, resultando na aprovação da Lei nº 10639/03, que alterou a LDB 9394/96, tornando obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas de ensino

fundamental e médio. Tal lei modificou significativamente os currículos escolares, pois iniciou o processo de retratação com os negros (as) brasileiros através de uma abordagem que ultrapassa o conhecimento superficial sobre a etnia negra. Por conseguinte, o novo currículo se aprofunda na história dos afrodescendentes brasileiros, perpassa suas origens, capta suas múltiplas resistências e mobilizações, reconhece sua cultura e lança um novo olhar sobre o sistema escravista e o racismo gerado na sociedade brasileira. Portanto a lei nº 10639/03 surge como um ato de valorização, exaltação e preservação da cultura africana na cultura brasileira, determinando assim um novo pensar sobre o papel e atuação do negro (a) no processo histórico nacional. (SOUSA, 2014, pp. 18 - 20).

É relevante destacar que esse estudo traça o caminho para a compreensão da magnitude do conhecimento da nossa origem, a qual se apresenta um verdadeiro amálgama de costumes, hábitos e tradições com a negritude e suas múltiplas manifestações e vivências. Por isso, a história africana não pode de maneira nenhuma, ser observada de modo isolado, também não deve ser deixada ao plano da exceção no contexto escolar. Essa reparação deve ser entendida a partir do significado sócio histórico e sociocultural, tratando-se, pois de um formidável encontro com o outro, partícipe e agente formador da identidade real da sociedade brasileira.

Desta forma, procuramos desenvolver uma pesquisa que inicialmente se remontasse para o limiar da vida negreira no Brasil Colônia. A partir dessa perspectiva intitulamos o primeiro capítulo: “Processo histórico que conecta o continente africano com o Brasil e suas consequências”. Nesse capítulo debateremos a história da formação do Brasil, discutiremos como a formação da sociedade brasileira estará intimamente relacionada à chegada e ao uso de negros (as) como mão de obra escrava. Iniciando-se condições desiguais entre os povos originais, os brancos europeus e os negros africanos. Revelaremos como essa história carregada de opressão, castigos e injustiças tiveram e tem todo um reflexo social para a população negra após o fim do sistema escravista.

Já no segundo capítulo, cujo título é: “A educação das relações étnicas - raciais na escola”. Debruçaremos-nos especificamente sobre a Lei nº 10639/03, que alterou a LDB 9394/96, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana

e afro-brasileira. Falaremos da importância dessa lei ante a formação de uma nova mentalidade, que insere o negro (as) seu real valor, lançando luz sobre sua cultura e suas tradições e revelando como tais aspectos da negritude encontram-se totalmente entrelaçados aos pilares da identidade nacional.

O terceiro e último capítulo denominamos: “Um balanço sobre o ensino de história de duas escolas do Estado do Ceará”. Nesse capítulo foram realizadas entrevistas com dois professores, ministradores da disciplina de História, residentes em regiões diferentes, um no município de Uruburetama e o outro do município de Fortaleza. A partir das entrevistas buscamos analisar a prática da Lei 10369/03, observando de que forma as abordagens estão sendo realizadas, os desafios e graus de dificuldades, bem como o modo com que essas novas aulas de história estão refletindo nas interações dos alunos ante a temática da etnia negra.

No presente trabalho tem como objetivo central, como apresentado anteriormente, relatar o processo histórico que conecta o continente africano com o Brasil e as consequências desse processo para os africanos que ficaram aqui, analisar o quão a Lei nº10.639/03 ajuda através da educação a ter uma melhora nas relações étnico-raciais em nossa sociedade e fazer um simples balanço de como está ocorrendo o ensino de história da África e afro-brasileira, por meio de duas escolas do Estado do Ceará, buscando observar se a referida lei está sendo aplicada de forma eficaz e contribuindo com a inclusão social dos negros (as) no Brasil.

1 PROCESSO HISTÓRICO QUE CONECTA O CONTINENTE AFRICANO COM O BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O rei absolutista, os comerciantes e os nobres de Portugal quando decidiram colonizar o Brasil tinham como problema a falta de mão-de-obra, para construir cidades, para plantar, para cuidar dos animais e para trabalhos pesados.

Para o historiador Boris Fausto, os habitantes locais eram os índios que tinham seu próprio modo de vida e que trabalhavam apenas para suprir suas necessidades vitais. Dessa forma, ficou difícil a aceitação da submissão constante aos portugueses. Os índios se rebelaram contra o trabalho compulsório através de fugas e de constantes guerras.

Com a resistência e a libertação definitiva dada em 1758, pela coroa portuguesa, os índios deixaram de ser uma alternativa para a mão-de-obra escravista. Assim sendo, o tráfico negreiro, existente desde o séc. XVI adquiria status quase absoluto.

Trazidos para o Brasil, a grande maioria dos negros que aqui desembarcavam eram jovens e do sexo masculino e também eram oriundos de diferentes regiões africanas, as quais eram modificadas e utilizadas de acordo com as conveniências e o período, como bem relata o historiador Boris Fausto:

A região de proveniência dependeu da organização do tráfico, das condições locais na África e, em menor grau, das preferências dos senhores brasileiros. No século XVI, a Guiné (Bissau e Cacheu) e a Costa da Mina, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Daomé, forneceram o maior número de escravos. Do século XVII em diante, as regiões mais ao sul da costa africana –Congo e Angola – tornaram-se os centros exportadores mais importantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondendo, ao que parece, a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século. (FAUSTO, 2008, p. 51).

Os negros escravizados no Brasil provinham de muitas tribos ou reinos, que possuíam suas próprias culturas e que em sua grande parte acabaram por ser direcionados para os maiores centros importadores de escravos da colônia: Salvador, Rio de Janeiro e Pernambuco. Entretanto tal escravização negreira seria

acompanhada de inúmeras manifestações de luta e resistência. Boris Fausto (2008, p. 52) manifesta de forma clara esta resistência por parte dos negros (as), porém também destaca que, diferentemente dos índios, os africanos se encontravam em território desconhecido, fator desfavorável que dificultou demasiadamente uma possível desorganização do trabalho escravo:

Seria errôneo pensar que, enquanto os índios se opuseram à escravidão, os negros a aceitaram passivamente. Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos, desde os primeiros tempos. Os quilombos, ou seja, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas, existiram às centenas no Brasil colonial. Palmares – uma rede de povoados situada em uma região que hoje corresponde em parte ao Estado de Alagoas, com vários milhares de habitantes – foi um desses quilombos e certamente o mais importante. Formado no início do século XVII, resistiu aos ataques de portugueses e holandeses por quase cem anos, vindo a sucumbir, em 1695, às tropas sob o comando do bandeirante Domingos Jorge Velho.

Admitidas várias formas de resistência, não podemos deixar de reconhecer que, pelo menos até as últimas décadas do século XIX, os escravos africanos ou afro-brasileiros não tiveram condições de desorganizar o trabalho compulsório. Bem ou mal, viram-se obrigados a se adaptar a ele. Dentre os vários fatores que limitaram as possibilidades de rebeldia coletiva, lembremos que, ao contrário dos índios, os negros eram desenraizados de seu meio, separados arbitrariamente, lançados em levas sucessivas em território estranho. (FAUSTO, 2008, p. 52).

O historiador Mario Schmidt assinala outro ponto que será bastante desfavorável aos africanos cativos, refere-se ao aval e legitimação da escravidão negreira pela igreja católica. Afinal, tal instituição formulou vários argumentos e discursos para justificar o sistema escravista, como por exemplo, dizer que a escravidão na América era uma forma de trazer os africanos à verdadeira religião. Mario Schmidt descreveu com precisão um dos discursos realizados pelos clérigos da igreja, que tinha nitidamente o intuito de convencer, ou mesmo, tentar pacificar os espíritos dos cativos:

“Na África, vocês veneravam os demônios e agora estão sofrendo o castigo de Deus. A escravidão é o preço do seu pecado. Se forem obedientes, aceitarem sua condição sem reclamar, estarão perdoados e, depois da morte, irão para o céu”. Percebeu? No fundo a igreja ajudava a convencer

os escravos negros de que eles mereciam ser escravos. E muitos escravos, numa situação tão humilhante, devem ter acreditado no que esses padres diziam. Mas perceba que os padres não estavam enganando os escravos. Na verdade a maioria dos religiosos acreditavam naquelas ideias. Como dissemos, era outra sociedade e outra visão de mundo. (SCHMIDT, 2005, p. 196).

Podemos afirmar que o aspecto religioso não era o único instrumento de controle e sustentação dos cativos. Havia ainda outro elemento preponderante, o qual seria utilizado de forma frequente no dia a dia dos cativos. Referimo-nos ao dispositivo brutal da violência, a qual era exercida por meio de múltiplas técnicas de tortura e dor, como bem nos profere Schmidt:

Se o escravo se empenhasse pouco no trabalho, o capataz (homem livre que vigiava o escravo) dava logo uma surra no infeliz. Esse era o primeiro recurso para dominar os escravos: a violência física. A escravidão foi uma história de brutalidades. Um dos castigos mais comuns era o tronco. O escravo ficava amarrado nele, de costas, totalmente nu. Com um chicote de cinco pontas de couro molhadas, o “bacalhau”, o feitor (empregado que fiscalizava os escravos) surrava as costas e as nádegas até a carne rasgar e sangrar. Sobre a carne viva passava um coquetel de sal, pimenta e urina. Doía horrores e inflamava. Agora, imagine os outros escravos vendo o companheiro infeliz, gemendo, pendurado no tronco, o pus escorrendo das chagas... Cada um deles pensava duas vezes antes de desobedecer. Os suplícios eram intermináveis: derramar álcool sobre partes do corpo e depois encostar o fogo para queimá-las, cortar fora o nariz, as orelhas ou os órgãos sexuais (não cortavam os dedos porque eles eram úteis no banho); furar um dos olhos ou até mesmo cegar os dois; limar os dentes até a raiz. As escravas mais bonitas e jovens podiam ser forçadas a ter relações sexuais com os senhores. Caso engravidassem, recebiam ordens para abortar (impedir o filho de nascer). O mais dramático é que às vezes a escrava estuprada dava a luz o filho dela com o latifundiário, mas o senhor permanecia insensível: mandava vender o lindo bebê, seu próprio filho, como escravo! (SCHMIDT, 2005, p. 199).

Os cativos não permanecerão inertes e passivos em meio a toda a estrutura do terror, pelo contrário, buscarão estabelecer métodos diversos de resistência e luta. Nesse sentido, o confronto pode ser efetuado de forma direta, mas também poderá se suceder através do modo indireto, em meio as surdinas, de forma sorrateira e oculta, na inserção junto as engrenagens do sistema escravista. Na realidade do escravismo colonial, “um bom comportamento” que à primeira vista

pode ser concebido como submissão e controle, sob uma ótica um pouco mais apurada, pode ser visto também como uma ação e método de estratégia. Afinal, a partir de um “bom comportamento” o indivíduo cativo poderia alcançar algumas vantagens de seus senhores, vantagens estas que poderiam, muitas das vezes, garantir a sobrevivência dos escravos, tais como: melhor alimentação, transferência de ambiente de trabalho, ou mesmo a obtenção da liberdade, por meio da carta de alforria:

Os senhores ofereciam vantagens para o escravo de “melhor comportamento”. Aquele que produzia mais do que os outros, que nunca desobedecia, que denunciava uma tentativa de fuga era premiado: mais carne na hora do almoço, direito de descansar naquela semana, ser promovido a escravo doméstico (fazer faxina e cozinhar era considerado menos duro do que trabalhar na lavoura), ganhar uma calça nova. Muitos senhores transformavam seus cativos em libertos (também chamados de forros). O liberto não era mais um escravo, mas não gozava de todos os seus direitos de homem livre. A alforria poderia ser o seu resultado de uma negociação entre o senhor e o cativo: durante alguns anos o escravo deveria trabalhar para seu senhor, produtivo e obediente, e um dia receberia o presente da alforria. (SCHMIDT, 2005, pp. 200 - 201).

Desse modo podemos afirmar que o processo escravista não se sucedeu sem resistência negreira, seja através de fugas ou assassinatos, ou mesmo por meio de negociações e “obediências”, o escravo minava, conquistava espaços como os quilombolas se entrelaçavam em meio ao cotidiano urbano e estabelecia táticas para manifestar sua cultura e crença diante do mundo dos brancos.

A luta e resistência escravista pouco a pouco adquirirão uma dimensão bem mais ampla, onde acabará por alcançar o apoio de diversos grupos sociais. Tal apoio não ocorrerá do acaso, mas tratar-se-á de uma intensa mudança oriunda do continente europeu. (SCHMIDT, 2004, pp. 194 - 195).

Nesse contexto, especificamente na Inglaterra, mudam-se as mentalidades, transforma-se a economia. Na Europa, o pensamento moderno e humanista acaba por estimular ideias abolicionistas, que criará forças e gradativamente se propagará pelas demais regiões e continentes. Ao mesmo tempo a indústria emergente representada pela multiplicação das máquinas e fábricas, determinar á um novo

modelo econômico e outro formato social, que verdadeiramente suprirá suas necessidades e interesses.

Assim sendo, o Brasil que tinha uma enorme dependência diante da nação inglesa, percorrerá caminho semelhante e logo o pensamento abolicionista irá adquirir fundamental destaque e relevância nas várias camadas sociais brasileiras, como bem discorre Mario Schmidt:

A ação humana foi decisiva, tanto a luta dos escravos como o movimento abolicionista.

O movimento abolicionista atingiu quase todas as classes sociais e empolgou milhares de pessoas no país inteiro. Professores, farmacêuticos, donas de casa, pequenos comerciantes, ferroviários, advogados, vendedores de rua, funcionários públicos, operários, pescadores, moças inteligentes, estudantes e até alguns políticos e fazendeiros mobilizavam a opinião pública a favor da abolição. Comícios, panfletagens, chás, debates, jornais, encontros em bares, quermesses, festas e bailes, discussões entre estudantes, livros, palestras, tudo valia para difundir o ideal do fim da escravatura. Pela primeira vez, um ideal se difundia, maciçamente pelo povo e conseguia, através da mobilização desse povo, pressionar as autoridades até obter a mudança. Era o nascimento de uma força extraordinária: a opinião pública. Apesar de o império nada ter de democrático. O abolicionismo foi um motivo tipicamente urbano, embora a população das cidades só representasse 15% dos brasileiros. Aos poucos, os habitantes da cidade grandes passavam a sobreviver sem precisar dos proprietários de terras. A cidade ganhava autonomia em relação ao campo, o que anunciava o século XX. (SCHMIDT, 2005, p. 450).

Apesar da forte existência do pensamento abolicionista, predominava-se amplamente na sociedade brasileira o pensamento e a atuação dos grupos conservadores. Tal fato torna-se nítido quando analisamos minuciosamente o processo lento e gradual pelo qual passou a abolição da escravatura no Brasil, que não aconteceu sem demasiadas pressões internas e externas. Porquanto, no campo externo a Inglaterra há muito determinava o fim do tráfico nas terras brasileiras, tal processo culminou com certa intromissão inglesa através da Lei Bill Aberdeen, aprovada pelo parlamento inglês em 1845, a qual concedia à Inglaterra poder de aprisionar navios de países que realizavam o tráfico escravista. (SCHMIDT, 2004, p. 439).

A partir daí se desencadeou o fim do tráfico negreiro no Brasil, com a criação da Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 4 de setembro de 1850.¹ Essa lei extinguiu o tráfico transatlântico de escravos. Pela primeira vez o Brasil definitivamente instaurava uma lei contra o tráfico e tentava pô-la em execução. Até então a lei precedente, a chamada lei Feijó, de 1831,² a qual manifestava o fim do tráfico e considerava livre, a partir daquela data, todos os africanos introduzidos no Brasil, não tinha efeito prático nenhum, adquirindo até mesmo uma alcunha pejorativa: “lei para inglês ver”.

Portanto, somente a partir de 1850 teremos efetivamente uma ação eficaz e de extrema vigilância do governo central para com as autoridades locais. Estas inúmeras vezes se mostravam com grandiosa complacência em meio as atividades ilegais dos traficantes, deixando-os livres em seus delitos, ou mesmo sendo coniventes, auxiliando-os em suas fugas. (SCHMIDT, 2004, p. 444).

Mesmo com o tráfico de escravos em decadência, a escravidão ainda se manteria por quase cinquenta anos em nossa nação, fato que manifesta o grau de conservadorismo de nossa sociedade, bem como a majestosa rentabilidade e benefícios que os escravos propiciavam aos seus senhores. O reflexo desse fator encontra-se nas duas leis geradas antes da total abolição da escravatura, referimo-nos à chamada Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários.³ A primeira lei foi promulgada em 1871. Segundo a lei em questão, os filhos de cativos que nascessem a partir daquela data seriam libertos, entretanto, a lei propiciava a possibilidade do senhor obter os serviços dos libertos até estes completarem 21 anos de idade. Já a segunda lei adquire um nível maior de absurdo. Estabelecida em 1885, determinava a liberdade de cativos que obtivessem uma idade acima de 65 anos, denotando uma verdadeira aberração, já que a expectativa de vida de um escravo, quando muito, alcançava 40 anos.

Por fim, mais três anos se passaram e veio a promulgação da Lei Áurea. Assinada pela princesa Isabel, então regente do império, em 13 de maio de 1888,

¹ Planalto Central. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm>. Acesso em 19 de maio de 2016.

² Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html>. Acesso em: 19 de maio de 2016.

³ Planalto da República. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>> Acesso em 19 de maio de 2016.

libertou 5% da população trabalhadora que ainda era cativa, cerca de 700.000 pessoas. Pronto. Tinha acabado a escravidão.⁴

Assim sendo, podemos afirmar que a libertação tardia dos escravos e a imensa dificuldade de alcançá-la, irá desvelar traços e características de nossa sociedade, que perpassarão tempos e períodos. Afinal se protelou ao máximo o fim da escravidão no Brasil, os senhores exploraram demasiadamente o trabalho dos cativos e após a libertação destes, nenhuma proteção social foi lhes concedida, moradia, nem mesmo alguma indenização por toda exploração e maus tratos. Não restando aos libertos outra coisa senão a pobreza, que Boris Fausto relata:

Apesar das variações de acordo com as diferentes regiões do país, a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante, nas áreas regionais mais dinâmicas de economia, e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas. Resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, perigoso, vadio e propenso ao crime. (FAUSTO, 2008, p. 221).

Com efeito, depois de quatro séculos de controle, torturas e maus-tratos, os negros (as) estavam libertos perante a lei.

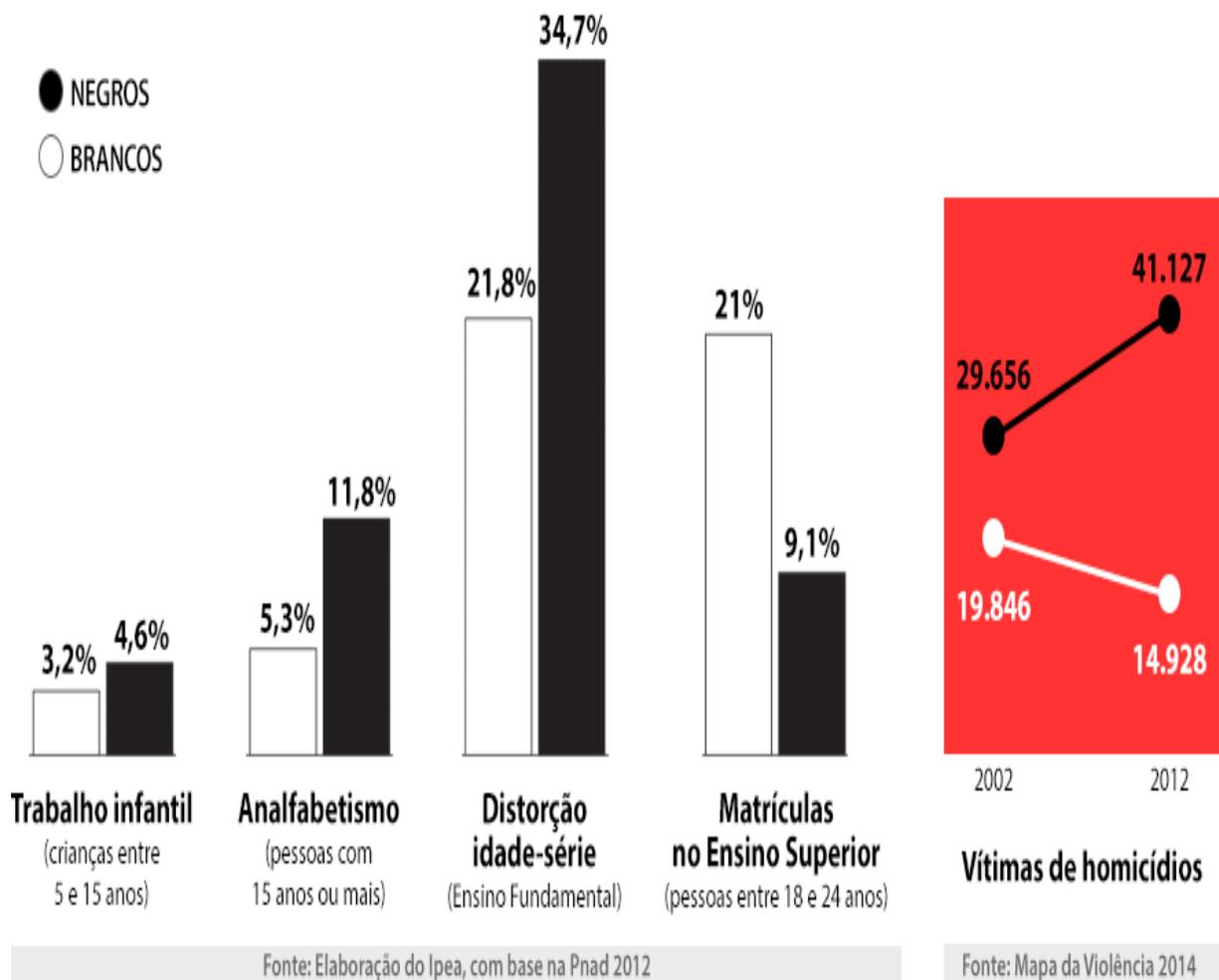
Desta forma, a escravidão colonial marcou a nação brasileira atual. Os negros (as), descendentes de escravos ou não, compõe a maior parte dos pobres desse país que, além da pobreza, sofrem com o racismo e o preconceito social. Em uma reportagem de Wellington Soares ele descreve que:

O tráfico negreiro e a escravidão determinaram o presente do nosso país. A população vinda do continente africano criou aqui raízes, família, cultura, história. Hoje, 53% dos brasileiros se declaram pretos ou pardos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013. Esse grupo é grandemente desfavorecido. Dados tabulados pelo Instituto de

⁴ Planalto da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM3353.htm>. Acesso em 19 de maio de 2016.

Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) comprovam: eles são a maioria dos analfabetos, com a maior taxa de distorção idade-série, e o trabalho infantil é mais comum entre eles do que entre brancos (veja gráficos abaixo).⁵

Desigualdades entre brancos e negros no Brasil.



Devido a essa dura realidade os negros tiveram que continuar a luta que se iniciou desde a chegada do primeiro navio negreiro. Parece que, o negro tem que se reafirmar socialmente a cada dia para que conquistem mais direitos e vejam na prática as leis que já foram aprovadas. Resistir para não sucumbir diante da

⁵ Nova Escola, África e Brasil: unidos pela história e pela cultura. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/consciencia-negra/africa-brasil/>> Acesso em: 20 de maio de 2016.

desigualdade social, resgatar suas origens, ratificar sua identidade e conseguir políticas públicas de igualdade racial para que todos os brasileiros cheguem ao entendimento de nossas identidades e da nossa diversificação cultural.

Dessa forma, surgiram movimentos, organizações, debates, literaturas, peças teatrais um universo de vozes a gritar sua identidade pedindo direitos, garantias, espaço, respeito e igualdade.

Foi através de muita luta de movimentos negros que pudemos acompanhar alguns avanços sociais, os quais buscam pôr fim a desigualdade racial no Brasil. A matéria do Portal Brasil de 2015 a situação da população negra nessa nação e alguns avanços em garantias e direitos:

Representando hoje mais de 53% dos brasileiros, a população negra ainda luta para eliminar desigualdades e discriminações. Os desafios ainda são grandes, mas também há motivos para comemorações, como a significativa redução da extrema pobreza entre negros e a criação de instrumentos legais para a garantia de direitos.

Antiga reivindicação de movimentos sociais, a Lei nº 12.288/2010 começou a tomar forma com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003. Em pouco tempo de existência, o estatuto transformou-se em instrumento legal da luta por mais igualdade de oportunidades e garantia de direitos da população negra, unificando políticas de combate ao racismo e discriminação.

Outra conquista importante é a lei que instituiu 20% de cotas para negros no serviço público federal (Lei nº 12.990/2014). “Em alguns cargos de alta remuneração, como diplomatas e auditores, a presença de negros é inferior a 10%”, observa o secretário de Políticas de Ações Afirmativas da Seppir, Ronaldo Barros. Segundo ele, negros são minoria no serviço público e ocupam cargos de baixa remuneração. “Esta é a realidade que pretendemos mudar”.

Um dos instrumentos institucionais mais importantes de combate ao racismo, a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial foi criada para registrar, apurar e acompanhar os casos de racismo e discriminação racial no País. Cerca de 1.800 denúncias já foram registradas pela ouvidoria.

As políticas de combate à misérias adotadas pelo governo federal na última década têm contribuído para a inclusão social de parte da população negra brasileira. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre 2002 e 2013, a extrema pobreza entre o segmento caiu 86%, passando de 12,6% para 1,7%.⁶

A escravidão marcou fortemente a sociedade brasileira, especialmente os negros (as) que vivem aqui. Hoje as estatísticas mostram que os mulatos e negros descendentes dos antigos escravos, compõem a maior parte dos pobres deste país, vindo a sofrer também com o racismo, o preconceito, a discriminação etc. Com certeza uma herança cruel para os negros (as), porém para os brasileiros uma herança enriquecedora em aprendizagem, diversidade e cultura.

⁶ Portal Brasil. Movimento Negro Celebra Cinco Anos de Conquistas. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/07/movimento-negro-celebra-cinco-anos-de-conquistas-com-estatuto-da-igualdade-racial>> Acesso em: 21 de maio de 2016.

2 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA

A educação das relações étnico-raciais nas escolas tem papel fundamental para a constituição de um novo olhar sobre a história do Brasil.

Na busca por uma futura sociedade mais humanista, teremos que deixar as perspectivas eurocêntricas de lado.

Dessa forma, reconhecer a relevância positiva da presença dos africanos (as) aqui no Brasil, em sua formação, além de tornar mais amplo a concepção de mundo, nos leva a entender as nossas raízes, a nossa real identidade e também de compreender melhor as relações entre povos.

2.1 A Lei nº 10639 que Alterou a LDB 9394/96 e a Importância de Estudar a África

A história do Brasil tem um gravíssimo problema, o etnocentrismo. Esse preconceito faz com que não se perceba o que muitas vezes é tão lógico. Faz com que não se busque a razão ou as motivações de tudo que é diferente de nós, por não permitir ouvir o outro ou entender o outro, como se nossa opinião fosse a suprema.

Etnocentrismo é uma visão de mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. Bem, como sabemos, os seres humanos possuem um instinto nato que os habilita a identificar tudo quanto seja a eles estranho, ou diferente. Nós costumamos separar as coisas quase que geralmente em dois grupos distintos e bem contornados: o grupo do “eu” ou do “nós” e o grupo do “outro”. Essa separação ocorre, de acordo com o livro, devido a um “fenômeno onde se misturam tanto elementos intelectuais e racionais quanto elementos emocionais e afetivos”. (p. 5). E ainda afirma que os elementos intelectuais incluem uma dificuldade de se pensar a diferença, já

os elementos emocionais se tratam de sentimentos como estranheza, medo, hostilidade etc.⁷

De fato, todos nós tendemos ao etnocentrismo. Pois, os costumes, a educação, a cultura são ensinados e interiorizados como se não tivesse outra forma melhor a se seguir, como se fosse “uma mão de via única”, uma única forma de se comportar, de ser belo, de se alimentar, de dançar, como se no processo de aprendizagem tivéssemos que entender que o diferente foge do nosso padrão, portanto é conseqüentemente feio, mal, errado, inapropriado ou estranho. A professora de antropologia e escritora Urpi Montoya Uriarte discorre em um artigo que:

Há diversos graus de etnocentrismo. Alguns povos simplesmente menosprezam quem é diferente e dele quer se afastar. Outros além de menosprezar, acham que tem o dever de transformá-lo, e chamam isso de “civilizar” ou “evangelizar”. E há aqueles que vão ainda mais longe: menosprezam e não acreditam que seja possível transformar quem é diferente. Ele deve ser eliminado. (MONTROYA, 2012, p.79.).

Nesse sentido, concebemos então o altíssimo grau de etnocentrismo da educação brasileira. Porquanto, durante anos toda a ênfase desse setor estava direcionada para uma supervalorização da cultura, dos costumes e da história dos brancos, cabendo aos negros apenas um papel secundário. Esta velha prática de ensino gerava, por conseguinte, um profundo desconhecimento sobre a etnia negra, contribuindo imensamente para a existência do desrespeito e manutenção da marginalização, assim como da desumanidade para com os negros (as) brasileiros. Apesar de algumas mudanças serem efetuadas no sistema educacional brasileiro, a partir da década de 90, estas revelavam-se ainda incipientes e ineficazes. É o que nos fala Ricardo Henriques:

⁷ ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O que é etnocentrismo*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986. — assim define-se o etnocentrismo nas primeiras palavras do livro em questão (p. 5).

Na década de 90 os avanços são, por vezes, tímidos e, em geral, não interferem de forma significativa na estrutura de discriminação racial e de gênero. Assim, apesar dos avanços nos indicadores quantitativos, as desigualdades raciais e de gênero continuam significativas e sinais relevantes de transformação nos padrões de discriminação ainda não são detectáveis com nitidez. O desafio estrutural de uma reforma educacional implica, portanto, a construção de bases efetivas para implantação de um ensino norteado pela qualidade e equidade, que enfrente os contornos da desigualdade racial que atravessam, de forma contundente, o sistema educacional brasileiro (HENRIQUES, 2002, p. 47).

Diante de tal problemática, como fruto da luta dos movimentos sociais negros, no dia 9 de janeiro de 2003, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva e o ministro Cristovam Buarque sancionaram o projeto de lei apresentado pelos deputados federais Ester Grossi e Bem-Hur Ferreira, do PT. A Lei nº10639 modificou a Lei nº9.394/96 nos artigos 26 e 79, e desde então, passou a ser obrigatório a inclusão no currículo de ensino a temática de história e cultura africana e afro-brasileira, as lutas dos negros no Brasil, assim como a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômica e política no período colonial. Estes temas antes preteridos passaram a ser imprescindíveis ante o currículo escolar, especialmente nas áreas de educação artística, literatura e história.

A partir disso, podemos afirmar que a questão étnica suscitou inúmeros debates no século XXI, os quais acabaram por culminar em algumas práticas, tais como: estudos e pesquisas no meio acadêmico, surgimento de leis específicas, ampliação das abordagens e discussões sobre a desigualdade racial nos diversos meios midiáticos, criação de movimentos e organizações por igualdade étnica, etc. Diante dessa transformação social a lei 10639/03 veio juntar-se a uma série de outras medidas que formam um significativo avanço para a construção do conhecimento sobre a etnia negra. Ante a tal fato o indivíduo incauto poderá então questionar: mas afinal, qual a relevância de se estudar o continente africano?

No período do tráfico negreiro, o Brasil foi o país que por mais tempo e em maior quantidade a trazer africanos. Este fato só fortalece a idéia de quão determinante é obter o conhecimento sobre a história da África para se avançar no

processo de compreensão das relações entre povos, além disso, se trata de uma medida reparatória e de inclusão social.

Todos cresceram sabendo que o Brasil é formado por três raças: índios, brancos e negros, porém, quando entramos no campo da educação nos deparamos com um breve conteúdo que cita os índios e os negros como coadjuvantes de nossa história e nada mais, nenhum aprofundamento.

Além disso, os africanos escravizados trouxeram para a formação do Brasil seus conhecimentos, aportes tecnológicos, técnicas de mineração, técnicas na agricultura que estão presentes nos quatro cantos dessa nação e fazem parte do nosso desenvolvimento, da nossa essência. Mônica Lima e Souza descreve em um artigo que:

Nos modos de celebrar, na religiosidade, na musicalidade, no gosto e estética brasileiros, expressos nos modos de vestir e nas escolhas artísticas, ficam evidentes as matrizes culturais que nasceram do outro lado do Atlântico. Ao longo de nossa história diversas vezes os fatores ligados a processos e episódios somente podem ser compreendidos de forma satisfatória se olharmos os dois lados do oceano que nos une. (LIMA, 2013, p.20)

Porém, apesar de toda riqueza que é a África com sua diversidade cultural, aqui no Brasil se tem uma visão deturpada como se este continente fosse uma selva, penalizado fortemente por fome, destruição e miséria. Apenas muita pobreza, uma nação de coitadinhos, que vivem entre bichos selvagens e todos que são desnutridos. Essa é uma visão errada e desonesta com o que é verdadeiramente é a África, porém é a que a maioria dos brasileiros tem como definição deste país. A atriz global angolana, Heloísa Helena em entrevista no programa “Encontro com Fátima Bernardes”, da Rede Globo, no dia 11 de maio, contou que:

“Aqui no Brasil a gente tem um problema gravíssimo que é associar o povo negro a descendentes de escravos. Nós não somos descendentes de escravos, nunca fomos. A escola foi ensinando assim e é de uma crueldade hedionda porque as pessoas crescem a acreditar que são descendentes de

escravos, e daí vem os estigmas todos que a gente conhece”. (...) “O que seria de uma criança se ela aprendesse que não, que essas pessoas foram livres, tinham uma civilização própria, que o continente africano tem uma diversidade cultural muito grande? A nossa história, principalmente dos negros e negras aqui no Brasil, tem um caráter muito reducionista”. Lembrou que quando chegou ao Brasil as pessoas perguntavam por que é que ela falava português. “Se eu andava de elefante. Eu nunca vi um elefante na minha vida”, diz, explicando que “existe um desconhecimento e isso está a mudar por conta das leis de reparação”.⁸

Acima de tudo a África é um continente, que é repleto de povos diferentes e em situações diferentes. É absurdo reduzirmos a história da África a partir de apenas um período, até porque mesmo que fosse reduzida a uma história, toda história tem duas versões, dois lados, dois pensamentos e não um.

Os africanos quando chegaram ao Brasil completaram a nossa cultura, tornando-a rica em diversidade, em cultura e miscigenação.

A necessidade de estudar a África nas escolas e nas universidades é para além de retratar é para ser contada uma história por inteiro, para ser reconhecido por todos, a importância dessa presença em nossa nação, entender a grandeza que é a diversidade trazida por eles, se de fato, assim for, com certeza ficará até difícil menosprezar, desrespeitar, não ser grato e não admirar os africanos e afro-descendentes.

⁸ Rede Angola. Heloísa Jorge critica a forma como o ensino brasileiro fala da história dos africanos. Disponível em : <http://www.redeangola.info/heloisa-jorge-critica-a-forma-como-o-ensino-brasileiro-fala-da-historia-dos-negros> Acesso em: 26 de maio de 2016.

3 IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA E DA HISTÓRIA DA ÁFRICA PARA AS UNIVERSIDADES E PARA A MEMÓRIA

Hoje fica evidente que há uma grande importância do estudo da África nos currículos das universidades e faculdades no Brasil é neste momento que o professor se embasa de conhecimentos aprofundados da história da África, esse processo de formação é a base fundamental para que além de haver a implementação da lei no ambiente escolar, essas aulas sejam dadas da melhor forma possível.

Desta forma, é válido dizer que a articulação entre o processo da história com o processo da memória e a possibilidade de formação, de representações e de valores interfere na vida do ser humano como um todo e lógico que isso reflète na sociedade.

Pois é através da educação que, pode se iniciar uma caminhada rumo a conquista da enfim, tão desejada, construção de uma sociedade capaz de proporcionar relações de igualdade racial.

3.1 A Relevância do Estudo da África nos Currículos das Universidades e Faculdades no Brasil

Após a aprovação da Lei nº10.639/03, que versa sobre a obrigatoriedade do estudo da história e cultura africana e afro-descendente, ficou claro a necessidade de haver cadeiras que tratem essas temáticas nas universidades e faculdades de todo Brasil.

A Lei 10.639/03 ficava expressa como se a obrigatoriedade recaísse apenas no trabalho dos professores da educação básica. Sendo que, se há uma cobrança de uma nova temática no ensino, passa a ser responsabilidade também das universidades e faculdades brasileiras de terem a presença do novo conteúdo em suas grades curriculares.

Porém, os professores que saíram do curso superior após a criação das cadeiras de história da África, couberam a eles buscarem esse o conhecimento por conta própria.

A partir dessa problemática que foi gerada pela promulgação dessa lei não muito clara, que em março de 2004, o Conselho Nacional de Educação trouxe a público as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em junho desse mesmo ano, foi aprovada a Resolução nº17, a qual, não deixa dúvidas, estabeleceu que as medidas diziam respeito também aos docentes e gestores do ensino universitário.

Dessa forma, as instituições de ensino passaram a ter essa responsabilidade, vinda com um teor de desafio.

Pois os assuntos solicitados pela lei estavam ausentes nos currículos das universidades e faculdades. Quando havia uma cadeira sobre a África, era de forma isolada, na maioria das vezes, eram cadeiras optativas oriundas de uma iniciativa isolada de um professor. Além da oferta de disciplinas, havia a questão da pesquisa que Mônica Lima e Souza traz em um artigo que descreve que:

Nesse campo, o panorama na época da lei tampouco era muito promissor. Os centros de estudos existentes lutavam contra a falta de fontes de financiamento e a pouca visibilidade à sua produção. (...) O ensino e a produção de conhecimento na academia enfrentavam outro obstáculo: a falta de bibliografia específica acessível. No caso da pesquisa e publicação sobre temas ligados à história dos negros no Brasil, a atuação dos movimentos sociais e a dinâmica dos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras, desde a década de 1980, trouxeram novos ares ao campo de estudos. Mas, no caso da história africana, isso era incipiente até os primeiros anos do século XXI. (SOUZA, 2012. pp. 21 - 22.)

Pode-se ver agora a vitória dos movimentos sociais, quando se vê estudantes universitários pressionando as instâncias decisórias em suas instituições de ensino para abrir concursos para professores na área de história da África, e também se

matriculando massivamente nas cadeiras sobre essa temática. E é a partir disso, que as autoridades universitárias, estão atentas as demandas legais.

Esse processo de aprendizagem nas universidades dá o embasamento teórico aos discentes, sobre o entendimento dos processos históricos e dinâmicas sociais, que a ausência e a negação secular da história africana nos currículos universitários, levaram a interpretações equivocadas e conseqüentemente a um repasse em sala de aula também equivocada. Mauro César Coelho professor de história de uma universidade descreve em um artigo que:

O ensino de história cumpre um papel relevante na construção dos modos pelos quais crianças e adolescentes constroem sua relação com o passado. Está claro que, n Brasil de hoje, a escola não é mais o único espaço de problematização e apreensão do passado. Ela compartilha a tarefa e concorre com os outros meios. Porém a sala de aula permanece como o espaço privilegiado para o trato com a memória e para a formação da consciência histórica, especialmente no amoldamento das identificações vinculadas à nacionalidade. É na escola (e na disciplina história, especialmente) que as crianças e adolescentes travam contato com as narrativas consagradas sobre a formação da sociedade brasileira, por meio da seleção de fatos, processos e interpretações realizada pela produção historiográfica, pela literatura didática e pelo saber docente. (COELHO, 2014. p. 26.).

Desta forma, a responsabilidade dos historiadores também aumentou ainda mais com a Lei nº11.645/08 que coloca os historiadores, independente de onde atuam, a refletir sobre a instituição do saber histórico como um instituto para a construção de uma sociedade que valorize e reconheça a diferença e perceba os conflitos e as disputas como fatos importantes a vida em sociedade.

Mônica Lima e Souza expõe que para haver um avanço social no campo da igualdade é preponderante que:

Na medida da necessidade e da demanda existente se não forem criados espaços de troca entre o mundo acadêmico universitário e o público externo: integrantes de movimentos sociais, professores que atuam na educação básica e pessoas interessadas em conhecer mais sobre a história da África e dos negros no Brasil, independentemente de suas formações. É um campo do conhecimento que teve sua inserção pautada pelos movimentos sociais – portanto, deve a estes o compartilhamento de suas reflexões e resultados, o que só terá com resultado, o fortalecimento de suas posições. (SOUZA, 2014. p. 22).

Assim, fica claro que dentro desse assunto que esta pesquisa traz, não é válido esse aprendizado só em sala de aula, pois ele vem pra concertar problemas históricos, para por um fim a desigualdade racial, o preconceito e a discriminação.

3.2 A Articulação Entre o Processo da História com o Processo da Memória e a Possibilidade de Formação, Representações e Valores

A articulação entre a história e a memória possibilita a formação de representações e valores pelos alunos e a criação de sentidos e significados, a partir das situações de aprendizagem adquiridas.

Dessa forma fica claro que, a peça fundamental deste processo ainda é o professor.

A história precisa ser ensinada através de suas maneiras, culturalmente e didaticamente. É a partir desta forma, que o ensino de história tem seu papel de grande importância na construção e reconstrução do conhecimento do dia a dia, utilizado por todos em suas vidas, que é operada pela memória. O que está por trás das práticas cotidianas é oriundo de concepção individual feita a partir de referências culturais coletivas. Pierre Nora descreve sobre a relação entre história e memória, que se dialogam, se completam e se contrapõem:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanência evolução aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno o presente; a história, uma representação do passado. A história, operação intelectual e laicizante, demandam análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado; a história a liberta e a torna sempre prosaica. (NORA, 1993, p. 09).

Os alunos chegam à escola com seus conhecimentos adquiridos em casa, com seus familiares em seus grupos sociais. Alguns destes saberes são positivos, outros já são negativos e cabe ao professor saber retirar as expressões negativas, como por exemplo, o preconceito e os comportamentos discriminatórios. Os pensamentos ultrapassados e equivocados têm que ser superados em sala de aula com a ajuda dos professores.

Os professores, principalmente os de história, precisam ficar em alerta para buscar sempre o diálogo, trazendo revisões e críticas a conhecimentos consolidados. Aguçar os alunos a fazer análises e desenvolver discursos críticos.

Para a mestra em história Ana Maria Monteiro, o ensino de história é, potencialmente, um lugar onde:

Memórias se entrecruzam, dialogam, entram em conflito; lugar no qual, também, se busca a afirmação e registro ou se desenvolvem embates entre versões teorias sobre as sociedades, a política e o mundo. “Lugar de fronteira”, que possibilita o diálogo entre memórias e “história conhecimento escolar”, com aprofundamento, ampliação, crítica e reelaboração para uso no cotidiano. (...) O ensino de história é um “lugar de fronteiras” entre história e memória, no qual a primeira deflagra análises, reflexões e novas compreensões. (MONTEIRO, 2014. p. 29).

Dessa forma, fica expressa a importância do ensino de história, pois são nessas aulas que os alunos aprendem não só a história do nosso passado, mas também a questionar as verdades estabelecidas. A história, como processo intelectual, seculariza a memória. A autora descreve a este respeito que:

“A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1993, p. 09).

Os professores marcam vidas e orientam em diferentes questionamentos e encaminhamentos.

Assim, com as memórias dos aprendizados de história é que os alunos se tornam homens e mulheres de suas próprias vidas, não aceitando o que está errado, injusto e imposto e passa a ser sujeitos de suas próprias vidas.

4 A PERSPECTIVA DO ENSINO DE HISTÓRIA DE DOIS PROFESSORES DE DUAS ESCOLAS DO ESTADO DO CEARÁ

Quando o assunto é o processo pelo fim do racismo, na educação, é importante que se faça uma análise da conjuntura atual. E, sobretudo, analisar as práticas nas escolas, se está sendo cumprida ou não a Lei 10.369/03, os problemas enfrentados, as dificuldades do professor para debater os novos assuntos curriculares, o entendimento dos alunos, o reflexo do novo conteúdo nas relações e se já é perceptível as mudanças comportamentais dos alunos fora da sala de aula.

Dentro da perspectiva da igualdade racial negra a educação no Brasil deixava a desejar, porém com a aprovação recente desta lei se tem como mudar o referencial histórico para avançar em busca de uma sociedade justa e igualitária.

4.1 Entrevista com o Professor “A” de História de uma Escola Estadual Profissional do Município de Fortaleza

A entrevista feita com o professor com o nome fictício de: “A” foi feita na escola E.E.F.M Patronato da Sagrada Família, no bairro Bezerra de Menezes do município de Fortaleza. A presente escola se encontrava em greve, então não tive como analisar as aulas do professor em questão e nem o funcionamento da escola. A entrevista foi realizada através de um questionário sobre o perfil do professor que está anexado ao final deste trabalho como também um outro questionário com perguntas como: de que forma se deu a formação em história, a importância do estudo da história, da história da África nas universidades, nas escolas, na sociedade como um todo, entre outros.

O professor “A”, do sexo masculino de 36 anos de idade, que se formou entre os anos de 1999-2003 em história pela Universidade Federal do Ceará, “quando escolheu o curso de história não tinha muito entendimento o que seria o curso, que na verdade sempre gostou muito da área das ciências humanas, em geral, que sempre gostou muito de ler e acha que isso levou à história”.

Durante a sua formação o “ensino da história da África inexistia na grade curricular e essa carencia acabou de certa forma comprometendo o olhar dele até hoje”.

“Naquele período só se estudava a perspectiva da África através das Grandes Navegações, do Tráfico Negreiro e claro da Escravidão na América Portuguesa”. Para ele, ao estudar a constituição e o desenvolvimento das sociedades, do espaço urbano e do público, ficou evidente a relação entre passado e presente, acredita ser de total relevância o ensino e estudo do conhecimento histórico para o exercício da cidadania. Para que possamos entender que a cidadania é socialmente construída.

Ele como professor tanto da rede municipal como estadual dentro de uma perspectiva que transborda a lei, sempre está em sintonia com a história da África, ou melhor, do continente africano e suas multiplicidades. Os livros didáticos já assumiram essa demanda o que nos facilita chegar ao mundo do aluno.

“Ter a tarefa de formar estudantes universitários com uma boa base de conhecimento é condição sine quo non para a construção de um professor que terá condições para mediar a passagem do senso comum dos alunos para um saber escolar elaborado, onde podemos combater o preconceito racial, como também conceitos que minimizam a luta dos negros por uma verdadeira igualdade social”.

Ao falar sinceramente, o professor “A” por vezes se sentiu perdido ou pouco apto para a abordagem conteudista sobre a história da África, diferente de quando aborda a história da Europa ou das Americas.

Apesar de todas essas dificuldades vê “a Lei 10.639/03 que versa sobre a obrigatoriedade da inclusão no currículo de ensino da temática de história e cultura africana e afro-brasileira muito especial, pois para ele, primeiro se assume a necessidade de uma legislação para equiparar uma negação histórica, para redimensionar a cultura brasileira formada pela mistura de raças, sempre de maneira positiva”. Assumir que não é uma mistura de raças sem ruídos e muito menos sem hierarquias, assumi também que nossos professores não tem elementos de impor sem o apoio dos curriculos uma demanda social que era urgente. Pois, ao fazer isso se tira do anonimato ou da invisibilidade uma história rica e até então desconhecida pela maioria das pessoas.

“O estudo sobre a escravidão no Brasil sempre foi gerador de muitas pesquisas

acadêmicas, entretanto, com a legislação e adoção de novos livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático, acredita ter colocado muito dessas pesquisas ao alcance de um número maior de pessoas”.

O conteúdo de história da África tem sido abordado nos livros didáticos de forma pontual, porém para ele “a África ainda é um texto no meio da historiografia europeizada. E não acredita que o conteúdo dê por encerrado toda problemática que cerca esse assunto em questão, muito pelo contrário”.

Em sala de aula ele cumpri com a obrigatoriedade do ensino da história da África, porém ele se limita a dar apenas o conteúdo do livro didático.

Já nos discentes se vê uma aceitação anti essa nova temática, pois estão bem receptivos e participativo durante o processo de estudo.

“Nas relações étnico-raciais nas escolas em que trabalha, após a inserção desse novo conteúdo é perceptível uma melhor no tratar uns com os outros. Assim fica evidente a importância dos alunos terem aulas sobre essa temática”.

4.2 Entrevista com o Professor “M” de História de uma Escola Estadual Profissional do Município de Uruburetama.

A entrevista feita com o professor com o nome fictício de: “M” foi feita na escola E.E.F.M Maria Auday Vasconcelos Nery, no interior de Fortaleza no município de Uruburetama. A presente escola se encontrava em aula, então tive como analisar as aulas do professor em questão que tive o prazer de assistir aulas de um professor de consciência de esquerda e amante da história, os alunos são verdadeiros adoradores das aulas do professor em questão e pude perceber o quão ele é um formador de opinião, o funcionamento da escola por ser uma escola profissional é bastante organizada. A entrevista foi realizada através de um questionário sobre o perfil do professor que está anexado ao final deste trabalho como também um outro questionário com perguntas como: de que forma se deu a formação em história, a importância do estudo da história, da história da África nas universidades, nas escolas, na sociedade como um todo, entre outros.

O professor “M”, do sexo masculino de 33 anos de idade, que se formou entre os anos de 2004-2013 em história pela Universidade Estadual do Ceará, o que lhe atraiu na história foi “a íntima relação entre a memória e a criticidade, como também a dialética das temporalidades, presente passado”.

A grade curricular de sua formação teve como ponto positivo a ênfase na pesquisa já que apesar de se tratar de um curso de licenciatura plena. Já o ponto negativo, pode destacar a ausência de algumas temáticas.

Percebe que “o ponto fundamental do conhecimento histórico é a criticidade, nesse sentido a conscientização sobre o presente e o passado faz extremamente necessário para a prática plena da cidadania que se dá em dois pontos: primeiro, obtenção e conhecimento de seus direitos e segundo, a capacidade de transformação do meio em que se vive”.

É por este motivo que vê “a importância do estudo da história de todos os continentes. Em seu período de formação não havia a inclusão da história da África, até porque a maior parte das universidades há uma extrema carência de professores qualificados nesta temática, tal fato já deixa claro a falta de instrução mínima dos graduandos que muitas vezes serão os responsáveis por formar opiniões no âmbito das escolas de ensino fundamental e médio”.

Dessa forma, fala que há a necessidade de se estabelecer uma construção do conhecimento dos povos africanos para modificar totalmente as pequenas representatividades a respeito destes, já que a perspectiva existente sobre a África muitas vezes é limitada a imagens pejorativas como: tratar-se de um continente em que a fome predomina ou rememora-se a existência de inúmeras guerras e epidemias etc.

Apesar de reafirmar a tamanha importância do ensino da história africana, o professor “M” reafirmou a dificuldade de se trabalhar a determinada temática, já que a historiografia existente sobre o continente africano é reconhecidamente bastante delimitada e restrita.

Assim analisa sobre “a Lei 10.639/03 que versa sobre a obrigatoriedade da inclusão no currículo de ensino da temática de história e cultura africana e afro-brasileira, que a considera muito importante e vê que irá contribuir imensamente para uma ampliação da produção de estudo e pesquisas que abordem essa temática, conseqüentemente teremos uma mudança de perspectiva nas salas de aula e isso refletirá na sociedade como um todo”.

Dessa forma, já percebe uma maior abordagem nas graduações, bem como estrito e lato senso.

“O conteúdo de história da África abordado nos livros didáticos tem sido bastante suscinto e superficial, é nítida a necessidade de um maior aprofundamento”.

Cumprir com a obrigatoriedade do ensino de história da África tem sido para o professor, bastante dificultoso devido aos fatores ditos anteriormente.

Os alunos por não estarem tendo uma abordagem ideal acabam ficando distantes do que vem a ser a realidade da África. Não contribuindo significativamente para obter um melhor relação étnico-racial na escola.

Contudo analisando a presente temática o professor “M” fala que para ele a história nos direciona ao melhor conhecimento, não só do presente, mas também do passado estabelecendo sobre os indivíduos uma maior criticidade, desse modo, há uma desconstrução de preconceitos e discriminações a partir de um novo olhar sobre a história do negro, sua cultura e suas múltiplas manifestações e vivências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pouco antes de uma década atrás, nas escolas brasileiras, o estudo sobre a África não existia, o que se tinha eram relatos sobre a participação dos africanos na formação do Brasil, como escravos. Dessa forma, ocorria nos alunos uma associação entre os africanos e os escravos, ou entre os negros e os escravos. Deste modo, esse tipo de estudo contribuiu para reprodução do racismo social.

Com os esforços permanentes do movimento negro, em 2003, houve a aprovação da Lei nº10.639/03 que trouxe a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira para o ensino regular.

Porém, se sabe que a inclusão do ensino de história da África apenas, não soluciona o problema do desconhecimento dos estudantes sobre este continente.

A partir daí se desenvolveram outros problemas, como por exemplo, de que forma os professores vão ensinar um conteúdo que eles mesmo o desconhecem, porque eles não tiveram acesso a essa temática, nem no ensino regular, nem no ensino acadêmico.

Pois sempre que era ensinado algo sobre a África era através da perspectiva da expansão marítima europeia, a vinda dos africanos ao Brasil, para falar da descolonização europeia dos continentes asiático e africano etc.

Ou seja, nunca a partir de uma perspectiva africana, vindo a ser ensinado de maneira correta só apenas após a promulgação da presente lei, porém ainda de forma muito lenta e gradual.

Hoje, após 13 anos, ainda temos universidades e faculdades sem seus quadros de professores concursados na área, originando uma quantidade significativa de professores do ensino fundamental e médio sem a devida formação em história da África e conseqüentemente sem dar as aulas sobre a temática em questão.

Sem falar da significatividade do ensino de história para a construção da memória. Memória esta que evidentemente não é originada apenas na escola nem só com os livros didáticos. São também produzidas em casa, no seio familiar, nos grupos sociais e através da influência dos meios de comunicação, que tem o poder de formar conceitos e até reafirmar pré-conceitos.

É importante ratificar que a imagem negativa sobre a África se associa diretamente ao negro, logo reforça visões discriminatórias gerando problemas sociais.

Com isso, o presente estudo tem como objetivo central, como apresentado anteriormente, relatar o processo histórico que conecta o continente africano com o Brasil e as consequências desse processo para os africanos que ficaram aqui, analisar o quão a Lei nº10.639/03 ajuda através da educação a ter uma melhora nas relações étnico-raciais em nossa sociedade e fazer um simples balanço de como está ocorrendo o ensino de história da África e afro-brasileira, por meio de duas escolas do Estado do Ceará, buscando observar se a referida lei está sendo aplicada de forma eficaz e contribuindo com a inclusão social dos negros (as) no Brasil.

Através do estudo das informações concedidas pelos professores por meio de entrevistas, foi constatado que o ensino de história da África nas escolas ainda é dado de forma muito rasa, pois: o conteúdo didático vem com textos da historiografia ainda muito europeizada; o conteúdo é bastante sucinto e superficial, ficando nítida a necessidade de um maior aprofundamento; os professores não tiveram cadeiras que atendessem a nova temática durante suas formações; ainda se tem uma dificuldade de trabalhar a determinada temática, já que a historiografia existente sobre o continente africano é reconhecidamente bastante delimitada e restrita.

Dessa forma, percebe-se que a realidade do ensino dessa temática não dá por encerrado toda problemática que cerca o ensino de história da África, nem a desigualdade racial, muito pelo contrario, essa ação ainda é pouca é só um início.

Desta maneira, foi compreendido por meio das falas dos professores que há um reconhecimento de insegurança por se sentirem pouco aptos para a abordagem conteudista sobre da história e cultura africana e afro-brasileira.

Por isso, propõe-se a disponibilização de se estabelecer uma construção do conhecimento dos povos africanos para modificar totalmente as pequenas representatividades a respeito destes, não só no ensino regular, mas também é de fundamental importância que esse ensino ocorra nas universidades e nas faculdades para que os profissionais em questão sejam capacitados nessa nova temática de forma aprofundada.

No que concerne a discussão da importância do estudo de história com a memória dos alunos é não só a equiparação da negação histórica, mas sim para redimensionar a cultura brasileira formada pela mistura de raças, sempre de maneira positiva. Assumir que não é uma mistura de raças sem ruídos e muito menos sem hierarquias, assumir também que nossos professores não tem elementos de impor sem o apoio dos currículos uma demanda social que era urgente. Pois, ao fazer isso se tira do anonimato ou da invisibilidade uma história rica e até então desconhecida pela maioria das pessoas.

Diante do que foi exposto a respeito da pesquisa realizada, pudemos constatar que os objetivos foram alcançados. Além disso, verificou-se que persiste um conteúdo sucinto e superficial no livro didático do Estado para que haja um avanço significativo na educação, nas relações étnico-raciais e na busca pelo fim da desigualdade social.

Assim, os resultados obtidos através da realização deste estudo demonstram a importância do papel dos educadores nesse contexto, em poder se embasar bem sobre o estudo sobre da história e cultura africana e afro-brasileira para ser repassado para os discentes toda diversidade e riqueza que o continente africano tem, para que paulatinamente essa visão distorcida de inferioridade da realidade da África e dos africanos, seja apagada da memória dos alunos, contribuindo dessa forma, para a luta contra a discriminação racial e a desigualdade civil em nosso país. E em fim nos retratarmos com os negros (as) brasileiros por anos de exclusão social para que possamos avançar rumo a uma sociedade melhor de se viver.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA Jr., Antonio de. **A escola e os problemas brasileiros**. In: Diretrizes e Bases da Educação. São Paulo: Livraria Pioneira, 1960

BERND, Zilá. **O que é negritude**. In: Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Ministério da Educação (MEC)**. Conselho Nacional de Educação, Brasília-DF. 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico- Século XXI**. Editora Nova Fronteira Versão 3.0, 1999.

GOMES, B. Barbosa. **Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade: O Direito com Instrumento de Transformação Social**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça & Gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas em educação**. Brasília: Unesco, 2002.

MUNANGA, K. **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: USP/Estação Ciência, 1996.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NYAMIEN, Francis Rodrigues da Guia. **Ser Negro nas Vozes da Escola**. Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira; UFC, Fortaleza, 1999.

QUEIROZ, Suely R. R. **Escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ática, 1993.

Revista História Viva. São Paulo: Duetto Editorial LTDA, n.123, pp. 18- 29, jan. 2014.

Revista de História. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional/ SABIN, n.87, pp. 76- 79, dez. 2012.

Revista de História. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional/ SABIN, n.77, pp. 17- 45, mar. 2012.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.

ROMÃO, Jeruse. **Há o tema do negro e há a vida do negro: Educação pública, popular e afro-brasileira**. In: Educação Popular Afro-Brasileira. Ivan Costa Lima; Jeruse Romão; Sonia Silveira (orgs). Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, n. 5, 1999, (Série Pensamento Negro em Educação). **O Caráter Educativo da Consciência Negra no Teatro Experimental do Negro**. Florianópolis:UFSC, 2000 (dissertação de mestrado)

ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias/Organização**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. (Coleção Educação para Todos)

SANTOS, Joel Rufino. **A Questão do Negro na Sala de Aula**. São Paulo: Ática, 1990.

SCHMIDT, Mario Furlei. **Nova história crítica; ensino médio**; volume único. São Paulo: Nova Geração, 2005.

7 APÊNDICE

QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS

Instruções de preenchimento:

Prezado entrevistado, solicito a vossa colaboração no preenchimento desse breve questionário, cujo fim é exclusivamente acadêmico.

Assinale com um “X” a alternativa.

1. Sexo:

Masculino

Feminino

2. Faixa Etária:

entre 18 e 20 anos

entre 21 e 25 anos

entre 26 e 30 anos

entre 31 anos e 35 anos

entre 36 e 40 anos

Acima de 40 anos

3. Aonde se formou?

4. Porque escolheu o curso de história?

5. O que você acha sobre a grade curricular de história em sua universidade?

6. Para você deixou algo a desejar?

8 ANEXO A

ROTEIRO DA ENTREVISTA

PREZADO PROFESSOR: O objetivo da aplicação do presente questionário é a obtenção de subsídios para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Políticas Públicas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar I da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB), cuja temática abordada é: “LEI n° 10.639/03: O Retratar para com os Negros (as) Brasileiros por Anos de Exclusão Social”. Sua participação espontânea será de grande importância. Não é necessária a identificação do entrevistado.

1. Qual a relevância da história anti a prática da cidadania?
2. Em sua grade curricular a temática, história da África encontrava-se inserida?
3. Qual a importância do estudo da história da África na grade curricular acadêmica?
4. Pela sua formação você se considera ápto para a abrdagem conteudista sobre a história da África?
5. Qual a sua opnião sobre a Lei 10.639/03 que versa sobre a obrigatoriedade da inclusão no currículo de ensino da temática de história e cultura africana e afro-brasileira?
6. Com a aprovação dessa lei você percebeu um aumento no interesse pelo estudo da história da África no meio academicista?

7. Após sua formação você teve que buscar por conta própria se munir de conhecimento a respeito da história da África e afro-brasileiro?
8. De que forma o conteúdo de história da África tem sido abordado nos livros didáticos?
9. Você considera o conteúdo suficiente?
10. Você cumpre com a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira?
11. Qual a importância de se ensinar a história africana em sala de aula?
12. Como tem sido a aceitação por parte dos discentes anti essa temática?
13. Como você vê a relação étnico-raciais em sua escola?
14. Após a inserção desse novo conteúdo se pôde perceber uma melhora nessas relações?
15. Para você qual o laço entre o ensino da história, a memória dos alunos, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e a desigualdade racial?